
**UMA LUSA NOS TRÓPICOS: A
COLABORAÇÃO DE GUILHERMINA
DE AZEREDO EM ACÇÃO: SEMANÁRIO
PORTUGUÊS PARA PORTUGUESES**

A portuguese at the tropics: The collaboration
of Guilhermina de Azeredo in *Acção*:
Semanário português para portugueses

Francisco Topa¹

RESUMO: Defendendo a importância da chamada literatura colonial, tanto para Portugal quanto para as literaturas nacionais africanas, o artigo aborda o caso de Guilhermina de Azeredo (1894-1976), estudando os dezoito textos que ela publicou em *Acção*, um jornal ideologicamente alinhado com o Estado Novo de Salazar.

PALAVRAS-CHAVE: literatura colonial; Angola; Portugal; Guilhermina de Azeredo; Estado Novo.

ABSTRACT: Underlining the importance of the so-called colonial literature, both for Portugal and for African national literatures, the article discusses the case of Guilhermina de Azeredo (1894-1976), studying the eighteen texts she published in *Acção*, a newspaper ideologically aligned with Salazar's Estado Novo.

KEYWORDS: colonial literature; Angola; Portugal; Guilhermina de Azeredo; Estado Novo.

Escreve a narradora de *Os desastres de Sofia*:

Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias. E nem todas posso contar — uma palavra mais verdadeira poderia, de eco em eco fazer desabar pelo despenhadeiro as minhas altas geleiras. (LISPECTOR, 1999, p. 12)

¹ Docente da Universidade do Porto e pesquisador do CITCEM — Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”.

Algo de semelhante podia ser dito da história literária, tapete de muitos fios, história de muitas histórias. A diferença estará nas opções que ela impõe: ao contrário de Sofia (e de Penélope), a história literária — como a história *tout court* — costuma ser escrita do lado dos vencedores, o que significa que aproveita apenas os fios que desenham o centro, sempre instável e sujeito a pressões. Vem isto a propósito de uma estranha omissão visível na história da literatura portuguesa (e eventualmente na história das literaturas de língua portuguesa): a omissão da chamada literatura colonial ou ultramarina. É uma questão que não é exclusiva de Portugal ou do português, afetando, embora de modos diversos, outros países europeus com passado (e presente) colonial, como a França, o Reino Unido, a Bélgica, os Países Baixos, a Alemanha ou a Itália.

Há certamente boas razões para isso: o interesse literário de muitos desses textos é reduzido, justificando o seu arquivamento no domínio de uma paraliteratura com valor apenas documental; além disso, sendo muitas vezes uma literatura de propaganda, a sua orientação colonialista e frequentemente racista é incompatível com os tempos pós-coloniais e com os valores do mundo contemporâneo. Por outro lado, a sua existência está circunscrita a um tempo relativamente curto (na melhor das hipóteses, vai do final do século XIX até às descolonizações) e tem um contraponto progressivamente consolidado: as literaturas africanas. Uma última razão é de natureza sociopolítica: a literatura colonial é, em princípio, a literatura dos colonos, esse grupo ambíguo que partilha os problemas e as indefinições do emigrante, mas que, tanto de um lado como do outro, é encarado de modo bem menos favorável, símbolo incómodo que é de um passado que a memória coletiva pretende apagar.

O descaso de Portugal por esta esfera da sua literatura contrasta com aquilo que se verifica noutros países com passado colonial: de um modo geral, tanto a historiografia como o ensaísmo literário ingleses, franceses, belgas ou alemães têm dedicado uma atenção sistemática à área, produzindo abordagens de conjunto ou sobre autores e textos individuais, elaborando antologias ou promovendo reedições de obras. Poder-se-ia argumentar que a literatura colonial portuguesa não gerou autores com a dimensão de Joseph Conrad ou Rudyard Kipling, o que é verdade, embora tais casos sejam relativamente excepcionais, mesmo no contexto inglês. Pode também objetar-se que a situação está a mudar: se é verdade que o principal teórico e crítico da literatura colonial portuguesa continua a ser um autor colonial (Amândio César, 1921-1987), temos de reconhecer que apareceram nos últimos anos estudos importantes, sob a forma de dissertações e teses, tanto da área dos

estudos literários como do âmbito da história.² Tais trabalhos têm mostrado a importância destes textos, inclusive para a formação da literatura nacional dos agora países independentes. É que, como escreveu, a partir do caso moçambicano, Francisco Noa, estamos perante um sistema complexo e até de contornos contraditórios: a literatura colonial “tanto nos aparece como a expressão enfática do etnocentrismo europeu como seu factor de questionamento”, passando “do monovocalismo ao plurivocalismo, da afirmação categórica à expressão oblíqua, do estereótipo à valorização do Outro, das certezas às ambiguidades, do mito à utopia”, assim perturbando o cânone e estabelecendo “a ponte para a emergência de uma literatura nacional”.

A autora que aqui trago e que venho estudando há algum tempo (cf. TOPA, 2010) é um bom exemplo das contradições da literatura colonial: trata-se de Guilhermina de Azeredo (1894-1976), que viveu entre Benguela e o Huambo entre 1915 e 1928, ao longo portanto de pouco menos de dezena e meia de anos. Como já escrevi, ela constitui um caso singular no panorama da literatura portuguesa centrada no espaço colonial africano, dada a circunstância de se tratar de uma mulher e de abordar um espaço e um tempo pouco representados na literatura em causa: sensivelmente o primeiro quartel do século passado e a parte central de Angola, numa zona que vai de Benguela para o interior, em direção ao Huambo, na região subplanáltica e planáltica. Acresce a particularidade de a autora ter vivido à margem do circuito intelectual e literário, publicando os seus livros com grandes intervalos de tempo: as duas coletâneas de contos, *Feitiços* e *Branços e Negros* saíram em 1935 e 1956, no âmbito da premiação em concursos da Agência-Geral das Colónias; o romance *O Mato* foi dado ao prelo em 1972, numa edição de autor.

Mas o motivo mais importante da singularidade desta autora tem que ver com outros aspetos que a obra publicada em livro revela: por um lado, a capacidade de ver e de representar a existência complexa e problemática do africano e do colono e as questões decorrentes do seu contacto no quadro da colonização; por outro, o domínio das técnicas narrativas, a concentração e tensão dos contos, o despojamento do estilo, a variedade de um vocabulário que acolhe muitos termos angolanos de origem diversa.

Depois do regresso definitivo à metrópole, em 1928, Guilhermina de Azeredo passou a colaborar na imprensa, com contos e crónicas, muitos de temática africana, mas também de orientação educativa e social. Dois outros

² Sobre a ficção colonial referente ao espaço de Moçambique, destaca-se a tese de Francisco Noa (2002); sobre Angola, salienta-se a tese do historiador Alberto Oliveira Pinto (2013). Refira-se ainda as dissertações de, Maria Leonor Pires Martins (2002) e Ana Maria do Rosário Pedro (2003).

polos desta parte da sua obra são o Douro, em que viveu por longa temporada, e o Porto e a sua sociedade burguesa. O período mais intenso da sua atividade em periódicos corresponde à década de 30, em revistas como *Eva*, *Portugal Feminino*, *Magazine Bertrand*. É nesta fase que escreve em *Acção: Semanário Português para Portugueses*, em que também participava o seu marido, António de Azeredo³, que escrevia sobre agricultura e política colonial. Como se percebe imediatamente pelo título, este era um jornal com uma orientação política bem definida, em linha com o regime do Estado Novo instituído por Salazar. No seu número inaugural, de 30 de maio de 1936, num editorial intitulado “Nem direitas, nem esquerdas: Para a frente!”, essa tendência fica bem explícita:

Acção define-se pelas ideias que combate e pelos princípios que defende. *Acção* é contra o marxismo e, portanto, oposta a todas as utopias comunistas e comunizantes e a todas as tendências internacionalistas. *Acção* é pelo corporativismo e, portanto, solidária com o pensamento da reconstrução duma ordem económica em que se afirme a justiça social e o interesse da produção, e que se integre na fórmula de um Estado Nacional. (p. 1)

A orientação nacionalista é reiterada um pouco mais à frente:

Acreditamos que Portugal tem uma missão no Mundo e que há de cumpri-la pela vontade e pelo esforço de todos os portugueses que não perderam a fé nos destinos do país e da raça.

Como escreve Miguel Dias Santos, que abordou a colaboração no periódico do artista plástico Arlindo Vicente:

A “revolução criadora” estruturava-se, afinal, a partir dos conteúdos nacionalistas da tradição, em que a missão histórica de colonizar se erguia como marco identitário da portugalidade. A missão imperial e civilizadora de Portugal constituía um dos conteúdos fundamentais do nacionalismo imperialista do Estado Novo, criando no país uma ilusão de grandeza. Não por acaso, este imperialismo beneficiou, entre outros, do esforço doutrinário dos diferentes segmentos da

³ Que usava o pseudónimo António de Aguiar.

direita conservadora, em especial dos monárquicos africanistas.
(Santos, 2006, p. 93)

Não é certo que Guilhermina de Azeredo comungasse destes valores, pelo menos da sua totalidade. Outros artistas e intelectuais que viriam depois a enveredar por outros caminhos políticos aderiram à orientação nacionalista e anticomunista que marcava a época. O jornal tinha aliás o cuidado de separar (ou dizer que separava) os planos político e artístico. Numa nota do n. 5, de 27 de junho de 1936, na página que levava por título “Acção do Espírito: a independência é para o espírito a condição essencial”, declarava:

Acção em tudo tomou e quer tomar posições claras. Nesta página, porém, *Acção*, sabendo o lugar de cada coisa, concede no Espírito uma liberdade total. São a Inteligência e a Arte que assinalam os limites da actividade intelectual e artística. Fazer intervir os pontos de vista políticos, económicos ou sociais nas coisas da Literatura e da Arte era trair o próprio sentido da frase que encima esta página. [...] Significa isto, ainda, que nem a colaboração nesta página representa, da parte de quem a assinar, a adesão aos pontos de vista políticos, sociais ou económicos dêste jornal, nem êste jornal reconhece como suas as posições filosóficas ou artísticas que queiram escolher os seus colaboradores. (AZEVEDO, 1936, p. 7)

Seja como for, a verdade é que Guilhermina de Azeredo publicou um total de 18 textos em *Acção*, desde o número inaugural até ao n. 52, de 28 de maio de 1937. A generalidade dos textos tem como fundo o espaço colonial angolano, registando-se apenas duas exceções: o miniconto “Esgrimir contra o vento” (n. 29, 12 dez. 1936, p. 6), sobre a injustificada suspeita de uma mulher quanto à fidelidade do marido, e “O bom roceiro” (n. 8, 18 jul. 1936, p. 5), uma espécie de parábola política, que conta a história de um roceiro que cumpre a lei e pratica o bem, colocando-se do lado dos mais favorecidos contra os poderosos, que o denunciam às autoridades como bolchevique. O elogio ao regime de Salazar é bem perceptível:

Ora essa ilha, como já dissemos, fazia parte de um grande país, onde reinava um grande rei, tendo a seu lado um grande ministro. Porque as leis eram justas, porque a êsse mato grosso ainda não tinham chegado os efeitos salutareos e beneficiadores das diversas medidas governamentais, o bom roceiro entendeu por bem espalhar e pregar as ideias do chefe.

Das restantes 16 peças, a maioria assume uma estrutura próxima do conto, havendo apenas três que se apresentam como crónicas. Duas destas são de tipo histórico: “Os bravos de Cuvo” (n. 18, 26 set. 1936, p. 7) e “Estava salvo o nosso prestígio...” (n. 28, 05 dez. 1936, p. 6). A primeira evoca uma visita à região do Cuvo, em Novo Redondo (hoje Sumbe, na província do Kwanza-Sul), e fala da chamada Revolta dos Seles, ocorrida em 1917-1918. Como seria de esperar, não são apontadas as razões para o acontecimento, que aliás são bem conhecidas, — a ocupação de terras pelos brancos e o trabalho forçado, — enfatizando-se pelo contrário a carnificina contra os colonos:

E eram casas queimadas, plantações destruídas, fugitivos famintos, colonos assassinados barbaramente; as mulheres brancas, enlouquecidas pelos tormentos, assistiam ao martírio dos companheiros e comiam a carne chisnada dos próprios filhos; os homens da nossa raça, nossos irmãos, empalhados, cortados aos pedaços, derretidos em banha, morriam para que Portugal fôsse maior.

A segunda crónica apresenta uma orientação semelhante, mas com atrocidades em sentido contrário. A narradora conta um episódio sucedido em Benguela, no século XIX, protagonizado por um soba:

Às portas de Benguela o soba de Dombe tornava-se dia a dia mais insolente. Eram cada vez mais pesados os seus tributos aos funantes, assaltava comitivas, o seu impudor chegava a fazê-las prisioneiras e mandá-las vender à cidade e os seus homens armados passeavam nas ruas com ar hostil, ao som dos tambores de guerra.

Depois de uma série de aparentes cedências do governador, o soba é atraído a Benguela, sendo ele e a sua comitiva surpreendidos de noite com um fogo ateadado no seu acampamento. Numa concordância implícita com essa atitude, a narradora limita-se a concluir:

Quando ao Dombe chegou a notícia do morticínio, os povos culpados tomaram-se de pânico e subiram o Cuporolo levando à frente os gados, as mulheres e os filhos. Assim foram ocupadas as terras da Hanha, onde, a pouco e pouco, se formaram grandes tribus nómadas de pastores. Estava vingada

a grande afronta aos portugueses e salvos o nosso prestígio e a nossa honra.

A terceira crônica, apesar do título “Subsídios para a etnografia angolana” (n. 4, 20 jun. 1936, p. 5), limita-se a uma (grandiloquente) visão eurocêntrica de África:

O mato! A mais velha terra do Mundo, cristalizada há milênios, talvez na idade do ferro, e que o nosso esforço e a nossa bravura, a nossa perseverança, adaptabilidade, inteligência e capacidade colonialista faziam acordar para novos destinos, moldando-lhe a crusta e guiando-lhe as forças ignaras!

É indisfarçável também o olhar paternalista sobre o negro:

Assim, a pouco e pouco vamos descobrindo virtudes ignoradas na rudez do selvagem; também êles têm rasgos de heroísmo e impulsos de coração debaixo da sua aparência miserável; sua inteligência, sua graça, seu espírito crítico e sua filosofia, por vezes nada inferior à do branco.

Os restantes textos, como fica dito, têm uma estrutura próxima do conto. Aliás quatro deles, depois de sujeitos a reescrita, viriam a integrar, vinte anos depois, em 1956, a antologia *Branços e Negros*, com a que autora vencera a edição do ano anterior do Prémio Fernão Mendes Pinto promovido pela Agência-Geral do Ultramar. São eles: “Turião” (n. 1, 30 maio 1936, pp. 5 e 6), “A velha do açude” (n. 3, 13 jun. 1936, p. 5), “Chiraué” (n. 7, 11 jul. 1936, p. 5) e “Cafusos” (n. 12, 15 ag. 1936, p. 4). Esta circunstância permite-nos acompanhar de algum modo o laboratório de escrita de Guilhermina, que na versão final procede a alterações que não são apenas de pormenor, mas passam também pelo desenvolvimento de uma personagem ou pelo aprofundamento do conflito que marca a história.

É o que acontece com o último dos contos referidos, “Cafusos”, que na versão em jornal termina de forma abrupta com a mera mudança de lugar dos contendores, ao passo que no livro acaba com um homicídio cometido pelo protagonista, seguido de arrependimento e fuga. Vale a pena aliás deter-nos um pouco nesta história, que parece mostrar uma tendência na passagem a livro dos textos que a autora publicou no jornal *Acção*: a maturação das personagens e dos problemas que elas representam, acompanhada da preferência pela sugestão ou interrogação, em lugar da afirmação categórica. Neste caso, o conto apresenta-nos a história de um fumbeiro, rejeitado e explorado pelo seu grupo branco de origem e que

encontra na selva a sua liberdade. Na versão do periódico nacionalista, a escritora usa um ideologema muito difundido na época e bastante presente na literatura colonial: condena aquilo a que se chamava a *cafrealização* (e que nós hoje designaríamos como hibridação cultural) do branco. Vejamos esta passagem quase no final do texto:

Construir casa para quê? A ânsia era recolher primeiro o caudal de ouro vindo do coração da floresta que os dinamizava. Assim viviam nos chingues como os selvagens, deitavam-se no chão duro como animais, comiam pirão e peixe sêco, *consultavam quimbandas, dançavam batuques, bebiam chimbombo, descendo às maiores baixezas, perdidos de todo, cafrealizados para sempre.*

Na versão em livro, o fragmento destacado em itálico é substituído por dois parágrafos bem menos taxativos:

Onde iriam parar daquele modo?
Até os negros se riam dos brancos...

Dos últimos nove textos, quatro viriam também a ser parcialmente aproveitados noutra obra da autora, o romance *O Mato*, publicado apenas em 1972. São eles: “A fazenda” (n. 10, 01 ag. 1936, p. 5), “O mato” (n. 11, 08 ag. 1936, p. 5), “A lavoura (n. 12, 15 ag. 1936, p. 5) e “Uma noite de guarda” (n. 13, 22 ag. 1936, p. 5). Como se vê pelas datas de publicação, os textos saíram de forma consecutiva, o que sugere que o romance dado ao prelo 36 anos depois já estaria pelo menos esboçado. Por outro lado, como o sugere a sua inclusão posterior num romance, estes quatro textos são sobretudo esboços, dando conta do processo de construção de uma fazenda no interior de Angola. Como se verifica também na obra de 1972, domina um registo um tanto épico e uma visão exótica e eurocêntrica de África e do africano. Em “A fazenda”, por exemplo, o narrador refere “o Dr. Brito, embevecido naquela transformação da terra brava pelo braço possante do negro dirigido e guiado pelo cérebro do branco”, acrescentando depois: “Era assim, era assim mesmo que a civilização entrava em Angola, que o prêto se habituaria ao trabalho metódico e produtivo, criando hábitos e necessidades.”

Os últimos cinco textos também não merecem particular destaque, marcados que estão por uma visão demasiado esquemática do mundo colonial e pela tendência para o enselvejamento do africano. Falta-lhes ainda, em alguns casos, a tensão sem a qual o conto resvala para um simples esboço, o que sugere a dificuldade da autora em dominar o género no espaço mais curto do jornal.

Uma conclusão definitiva sobre a colaboração de Guilhermina de Azeredo em *Acção* exigirá o estudo do conjunto da sua colaboração na imprensa. Apesar disso, comparando os textos aqui publicados com os seus livros, em particular as duas coletâneas de contos, creio que podemos dizer que a linha política do jornal terá pesado na composição dos textos e que esse veículo terá servido sobretudo como espaço de ensaio para realizações mais maduras que aparecerão depois. Seja como for, julgo que se justifica a retirada destes textos da poeira do esquecimento: não se trata nem da nostalgia nem de um certo revisionismo que marca o recente fenómeno daquilo a que se vem chamando *romance de retornado* e que aliás valeria a pena confrontar de modo sistemático com o romance colonial. Em vez disso, trata-se de compreender um período literário e histórico importante tanto para a literatura portuguesa e para Portugal quanto para as literaturas africanas e para os respetivos países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Guilhermina. A fazenda. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 10, p. 5, 1. ag. 1936.

_____. A lavoura. 12 *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 12, p. 5, 15 ag. 1936.

_____. A velha do açude. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 3, p. 5, 13 jun. 1936.

_____. *Branços e Negros*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1956.

_____. Cafusos. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 12, p. 4, 15 ag. 1936.

_____. Cálunga. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 26, p. 6, 21 nov. 1936.

_____. Chiraué. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 7, p. 5, 11 jul. 1936.

_____. Colonos. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 6, p. 5, 4 jul. 1936.

_____. Esgrimir contra o vento. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 29, p. 6, 12 dez. 1936.

_____. Estava salvo o nosso prestígio.... *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 28, p. 6, 5 dez. 1936.

_____. *Feitiços*: Contos. Prefácio de José Osório de Oliveira. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1935.

_____. Navio. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 17, p. 7, 19 set. 1936.

_____. O bom roceiro. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 8, p. 5, 18 jul. 1936.

_____. O mato. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 11, p. 5, 8 ag. 1936.

_____. *O Mato*. Braga: Edição da Autora, 1972.

_____. Os bravos de Cuvo. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 18, p. 7, 26 set. 1936.

_____. Sertão. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 52, p. 9, 28 maio 1937.

_____. Subsídios para a etnografia angolana. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 4, p. 5, 20 jun. 1936.

_____. Turião. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 1, p. 5-6, 30 maio 1936.

_____. Uma noite de guarda. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 13, p. 5, 22 ag. 1936.

_____. Voz de Portugal. *Acção*: Semanário português para portugueses, Lisboa, n. 2, p. 5, 7 jun. 1936.

LISPECTOR, Clarice. *A Legião Estrangeira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MARTINS, Maria Leonor Pires. *Cadernos de memórias coloniais: identidade de "raças", de classe e de género em Maria Archer*. 2002.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.

PEDRO, Ana Maria do Rosário. *Concursos de literatura colonial (1926-1936): um instrumento do Império*. 2 vols. 2002. Dissertação (Mestrado em Estudos Portugueses – Cultura Portuguesa Contemporânea), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

PINTO, Alberto Oliveira. *Representações literárias coloniais de Angola, dos angolanos e das suas culturas (1924-1939)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

SANTOS, Miguel Dias. *Arlindo Vicente e o Estado Novo: história, cultura e política*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006.

TOPA, Francisco. Colonial ou luso-angolana? O interesse da reedição da obra de Guilhermina de Azeredo. In REYNAUD, Maria João (org.). *Crítica textual & crítica genética em diálogo*. COLÓQUIO INTERNACIONAL, 2007, Porto. *Anais...* München: Martin Meidenbauer, 2010. v. I, p. 251-285.

Data de recebimento: 17 de fevereiro de 2018

Data de aprovação: 30 de abril de 2018